



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Geração.

A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E OS SEUS IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS NA INFÂNCIA EM ALTAMIRA

Lilian de Souza Ribeiro¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais sofridos por crianças e adolescentes no município de Altamira, devido à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Sendo necessária a compreensão através de uma leitura histórica sobre a formação socioeconômica da região, que atrai grandes projetos. Busca-se através deste estudo refletir sobre como as instalações de grandes projetos atingem os habitantes das regiões onde estão localizados. Para esta análise foi feita pesquisa bibliográfica do arcabouço teórico dos autores: Anthony L. Hall, Celso Furtado, Assis da Costa Oliveira e Jean Hébéte.

Palavras-chave: Grandes projetos, Impactos sociais, Infância.

Abstract: This article aims to analyze the social impacts suffered by children and adolescents in the municipality of Altamira due to the construction of the Belo Monte hydroelectric power plant. Being necessary the understanding through a historical reading on the socioeconomic formation of the region that attracts great projects. It seeks to see through this study to reflect on how the facilities of large projects reach the inhabitants of the regions where they are located. For this analysis, a bibliographical research was carried out on the theoretical framework of the authors: Anthony L. Hall, Li, Celso Furtado, Assis da Costa Oliveira and Jean Hébéte.

Keywords: Large projects, Social impacts, Childhood.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a formação socioeconômica da região Amazônica e as instalações dos grandes projetos, que visam à exploração da diversidade natural e territorial, sendo a Amazônia a maior bacia hidrográfica do mundo, com o maior reservatório de água doce existente no planeta Terra, com uma extensão de 4,8 milhões de Km², atraindo olhares de investidores internos e externos e, com isso, as localidades onde se instalam esses grandes projetos são atingidos, seus habitantes expulsos de suas terras, modificando o cenário familiar das populações, gerando impactos ambientais e sociais, dentro deste contexto há um impacto social na vida de crianças e adolescentes que se tornam alvos de violações de direitos, sofrendo abusos e explorações.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <lilian_blessed@hotmail.com>.

Na década de 70 a Amazônia se intensifica na região um fluxo migratório incentivado pelo governo federal, integrar para não entregar este era o lema usado, logo depois foi criado o programa grande Carajás, na cidade de Carajás, no estado do Pará, que atraiu muitas pessoas em busca de melhores condições de vida, e a maioria não conseguia o recurso necessário para sua sobrevivência e já saía da sua cidade endividada, alguns retornavam e outros ficavam em Carajás, em condições precárias.

Os grandes projetos afetam a cidade, a população, os trabalhadores e todos dentro do contexto social, gerando conflitos e colocando uma grande parcela do povo em situação de vulnerabilidade social, atingindo assim crianças e adolescentes que se encontram nas localidades das obras. Em Altamira, depois que começaram as obras na usina de Belo Monte, o índice de denúncias e casos de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes encaminhados ao conselho tutelar aumentou, fazendo com que os órgãos que trabalham com o público infanto-juvenil fizessem campanhas e pesquisas para amenizarem as violações de direitos. Sendo necessário um trabalho na prevenção e coibição dessa prática na região, garantindo assim a integridade física, emocional e psicológica das crianças e adolescentes.

I- OS IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ALTAMIRA

A formação socioeconômica da Amazônia tem em seu processo um grande fluxo migratório, principalmente de nordestinos, que se deslocaram no século XIX em busca de trabalho, devido às atividades extrativas da borracha, obra prima da região, o que representou um fator de estruturação econômica e de urbanização. O ciclo da borracha foi responsável pelo povoamento da Amazônia, os nordestinos deixavam suas cidades, pois viviam em situações desfavoráveis, períodos de secas no Nordeste do Brasil. Tal fato ocasionou a ocupação por parte destes migrantes nos rios e afluentes, gerando muitos conflitos com os povos indígenas que eram os habitantes.

Em 1969-70 o nordeste experimentou mais uma grande seca. Como de costume, novas medidas governamentais se seguiram. Todavia, se a seca de 1958 havia dado origem a uma abordagem regional integrada e à criação da SUDENE, a seca de 1970 produziu as primeiras grandes medidas a transcenderem o nordeste. Após uma visita a região pelo presidente da República, em março de 1970 foi anunciada a construção da rodovia transamazônica. (Velho, pág.209)

A Amazônia estava no imaginário que deveria integrar com o restante do Brasil, foi assim que foi iniciada a construção da rodovia Transamazônica, com a ideia de desenvolvimento e integração. Além de integrar a Região Norte ao resto do país, a nova rodovia diminuiria as tensões que estavam ocorrendo no nordeste brasileiro, que vivia as consequências de uma grande seca, e na região sul a população do campo estava em conflito em busca de terras. O governo incentivava a migração dessas populações. A ideia do governo era de que esses trabalhadores se estabelecessem na região, formando vilas, no entanto, muitos foram embora sem recursos e os que permaneceram passaram por diversas dificuldades.

Em nível regional, o Programa Carajás foi útil para transformar a paisagem econômica e social, atraindo, como imã, imensos contingentes populacionais. Trouxe para a região oriental da Amazônia milhares de operários de construção civil em busca de emprego, garimpeiros à cata de riquezas, pequenos agricultores à procura de terras, e um sem número de outros indivíduos querendo ocupação (Hall, pág. 59)

Os grandes projetos aparecem dentro da história da Amazônia, com incentivo do Estado na busca pelo processo de industrialização e modernização no país, a ideia de pela integração das regiões brasileiras. A construção da Usina de Belo Monte se equipara com a situação de Carajás, dentro do contexto de exploração, essa estratégia de modernização acelerava, agravando ainda mais as questões sociais e ambientais na região, agravando a situação, as condições sociais e ambientais para a maioria da população rural. Segundo Hall (1989) a crise agrária crescia, tornando cada vez mais difícil para os pequenos agricultores conseguirem seu sustento na terra.

Assim como o Programa Grande Carajás, a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, também teve êxodo migratório, milhares de pessoas saíram de suas cidades e foram para a cidade de Altamira, localizada a 800 quilômetros ao Sul de Belém. Belo Monte é uma região que convive ainda hoje sob carências de infraestrutura básica e um ambiente de violência, gerado pela ocupação irregular do território, a grilagem de terras e a exploração ilegal da madeira. Muitas famílias foram retiradas de suas propriedades e realocadas em algum ponto da região para dar espaço para a construção da Hidrelétrica Belo Monte, gerando desigualdades e mazelas sociais.

Oliveira (2017) em seus estudos aponta que os impactos sociais são muitos, sendo na infância e adolescência estes cada vez mais crescentes, necessitando de um

trabalho de prevenção e coibição dessas violações de direitos, pois depois de iniciarem as obras a vulnerabilidade social cresceu, fazendo com que os índices de crianças e adolescentes abusadas e exploradas sexualmente aumentassem, assim como o trabalho infantil. O perfil das pessoas que trabalham e são a mão de obra para essas obras de certa forma contribui para que essa estatística aumentasse, devido ao inchaço populacional desordenado e a falta de políticas que trabalhassem na informação e na promoção dos direitos de Crianças e adolescentes, não permitindo que a integridade física, psicológica e emocional dessas fosse atingida de forma vexatória e criminosa.

Grandes empreendimentos são caracterizados por envolver um deslocamento considerável de pessoas que passam a ocupar o território por eles influenciado por determinado período de tempo, mas sempre desde uma perspectiva de aumentarem o quantitativo populacional pré-existente e intensificarem a demanda por acesso a bens e serviços dos mais variados matizes, inclusive os ligados ao mercado do sexo. (Oliveira, 2017, p.165)

Segundo Gomes e Eloi (2015), a Lei 1806 de 6 de janeiro de 1953, no governo de Getulio Vargas, regulamentou o artigo 199 da Constituição de 1946, ao qual era estabelecido um fundo de valorização da região Amazônica. Nasce, então, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da região, nesse período foi realizada a construção da rodovia Belém-Brasília, a rodovia tinha o objetivo de integrar a região ao restante do Brasil.

O modelo econômico que evidenciou a tendência extrativista na região Amazônica impulsionou a ocupação do território e consolidou o processo de integração da região ao país e ao mundo, expondo assim a região à exploração, colocando-a numa condição subordinada e periférica, comparada as outras regiões do país, favorecendo a concentração de renda e acumulação de capital para as classes da burguesia internacional e a nacional.

Os ²grandes projetos aparecem dentro da história da Amazônia com incentivo do Estado na busca pelo processo de industrialização, modernização no país, a ideia de integração das regiões brasileiras. A construção da Usina de Belo Monte se equipara com a situação de Carajás, dentro do contexto de exploração, essa estratégia de

²Conforme Oliveira (2014) No início do século XXI, países latinoamericanos intensificaram os investimentos em políticas de desenvolvimento econômico pautadas na intensificação do investimento em empreendimentos de exploração de recursos naturais (soja, minerais, celulose, etc.) e de infraestrutura (hidrelétricas, portos, rodovias, etc.).

modernização acelerava, agravando ainda mais as questões sociais e ambientais na região, agravando a situação, as condições sociais e ambientais para a maioria da população rural. Segundo Hall (1989), a crise agrária crescia, tornando cada vez mais difícil para os pequenos agricultores conseguirem seu sustento na terra e a preservação da integridade de suas famílias.

As intervenções realizadas pela Norte Energia S.A, que é a empresa responsável pela construção e operação da hidrelétrica, afetam diretamente as condições de vida da população local, especialmente as crianças e os adolescentes, em razão da dinâmica territorial produzida pela lógica de desenvolvimento voltada à exploração do potencial energético do rio Xingu e, conseqüentemente, acumulação de riquezas em função dos fluxos nacionais e transnacionais de capital, a fim de vincular o território local com os mercados globais e promover a abertura de novas fronteiras de mercantilização de recursos naturais para proveito da iniciativa privada, nesse contexto, é importante compreender as implicações das políticas de desenvolvimento para as dinâmicas de vida de crianças e adolescentes como as várias formas de violações de direitos.

II- O AUMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ALTAMIRA.

A maior parte da população da Amazônia atualmente está presente no meio urbano e isso se deve ao fato da efetivação de políticas públicas na região, que tem como consequência a migração dos sujeitos que vivem no meio rural e, conseqüentemente, tem uma ocupação do espaço desordenado e excludente, gerando assim as desigualdades sociais. Com a falta de oportunidades de trabalho surgem diversas situações que podem gerar violações de direitos ao público infanto-juvenil como: trabalho infantil e outras violações.

A falta de emprego e oportunidade para os pais e a baixa remuneração das famílias que têm crianças acaba sendo uma das consequências desse processo desordenado, uma vez que hoje, 25% das famílias no Pará, com crianças de 0 a 14 anos, vivem com apenas meio salário mínimo. Essa realidade tem implicações diretas quanto à violação dos direitos das crianças e adolescentes, pois a vivência nas periferias urbanas expõe as crianças e adolescentes ao enfrentamento de situações que envolvem o trabalho nas ruas, nas feiras, reparando carro, vendendo picolé, jornal e tudo aquilo que possa lhes render algum dinheiro. As práticas de violência doméstica, abuso sexual e maus tratos também são muito frequentes, pois as crianças e adolescentes são mais vulneráveis a essas situações de abandono e pobreza extrema. (HAGE, 2012)

Conforme Oliveira & Pinho (2014), crianças e adolescentes são focos reais de exploração sexual, de acordo com o mapeamento realizado nos bairros do município de

Altamira, através dessa pesquisa foi possível verificar pontos de violação de direitos na cidade, no Relatório Trabalhadores e Trabalhadoras de Belo Monte: Percepções Sobre Exploração Sexual e Prostituição, os trabalhadores que participaram da pesquisa em sua maioria disseram que já haviam frequentado bares e boates com a presença de adolescentes que estavam em situação de exploração sexual. A violência sexual é uma das violências que mais gera traumas em crianças e adolescentes, fazendo com que as mesmas tenham medo de falar sobre o que está ocorrendo, caso sejam vítimas, pois geralmente são pessoas próximas da família ou familiares, alguém que a criança ou adolescente tenha proximidade, fazendo com que o abuso seja silenciado e a vítima fique com diversos tipos de sentimentos.

Os infantes abusados por pais, avós, tios ou outro membro importante de sua família constituirão uma imagem distorcida dos relacionamentos interpessoais e do mundo, em se comparando com as crianças que se desenvolveram em ambiente saudável, num contexto familiar amoroso, protetor e com fronteiras bem definidas. O abuso sexual fornece à criança em desenvolvimento informações errôneas sobre os relacionamentos, pois a mesma pessoa que a cuida é seu algoz. (Ferreira & Rocha, 2011; ABRAPIA, 2003; Giberti, 2005)

A exploração sexual de crianças e adolescentes pode ser analisada em quatro modalidades: turismo sexual, prostituição, pornografia e tráfico. A prática está atrelada diretamente no comércio do sexo infantil, crianças e adolescentes são violentados sexualmente em troca de dinheiro ou outros.

A exploração de meninos e meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulo além da tradicional cafetinagem. (Centro de Referência de Estudos e Ações sobre a Criança e o Adolescente, 1999, p.27).

Com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, a cidade de Altamira, que é a cidade mais próxima do canteiro de obra e que tem infra estrutura como o aeroporto, aumentou o número de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, principalmente vítimas de abuso e exploração sexual. A porta de entrada das denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes é o Conselho Tutelar, que encaminha os casos a justiça, mas poderá ser através de outros órgãos da rede de atendimento, portanto, é necessário que haja uma estrutura física adequada para o atendimento e encaminhamento dos casos, conforme o relatório do Conselho municipal de direitos de Crianças e Adolescentes do município, as ocorrências no conselho tutelar

aumentaram mais de 30%, sendo que ainda há muitos casos que não chegam até a justiça por vários fatores, até mesmo falta de informação pela população em relação às violências que ocorrem.

Dos 258 processos judiciais existentes no Fórum de Justiça da Comarca de Altamira, que versam sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes, correspondente ao período de 1957 a 2013, revela uma evolução histórica da quantidade de casos que ingressaram anualmente, numa média que passou de 10 processos por ano na primeira década do século XXI para 30 processos por ano apenas nos quatro primeiros anos da segunda década do referido século. Uma triplicação que tem como um de seus principais fatores o processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. (Oliveira e Pinho, 2014, p,110).

O trabalho infantil aumentou no município, crianças e adolescentes são explorados sexualmente em pontos estratégicos próximos a Belo Monte. A maioria da mão de obra que está em Belo Monte é masculina e grande parte não é da região. Através do relatório de trabalhadores e trabalhadoras de Belo Monte é possível analisar que os trabalhadores sabem onde estão os pontos de exploração sexual e prostituição e alguns relatam já terem frequentado esses espaços. Antes do empreendimento, o Conselho Tutelar realizava em média de 10 atendimentos por dia, depois da chegada da obra são realizados mais de 40 atendimentos diários durante os últimos anos, conforme os dados do relatório do Conselho Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes do município. Portanto, há uma série de fatores que contribuíram negativamente para o município, em se tratando de violência contra crianças e adolescentes.

Em novembro de 2018 o Conselho Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA) estabeleceu a resolução número 215, de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre os Parâmetros e Ações para Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes no Contexto de Obras e Empreendimentos. Dispõe sobre conjunto de parâmetros e ações articuladas para a proteção integral de crianças e adolescentes no contexto de obras e empreendimentos, definindo medidas de promoção, proteção, defesa e controle da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em risco de serem impactados, em razão da realização dessas atividades no território onde se encontram. Esta resolução ampara e direciona para que as empresas e o Estado possam trabalhar com a prevenção de impactos sociais na infância, ocorridos nas experiências de grandes obras no Brasil, promovendo e assegurando os direitos de crianças e adolescentes que residem nas localidades que são atingidas por essas obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos grandes projetos na Amazônia impôs novos modos de vida à população que já estava pelas terras, mudando sua cultura, extraindo seus bens naturais e modificando o seu modo de produção, que antes era apenas para sua sobrevivência, suprimindo suas necessidades, sem vista na acumulação desse bem, algo que foi mudado conforme as construções e alocações desses projetos nos espaços territoriais, atraindo pessoas para ocuparem terras e trabalharem dentro do modelo industrial que surgia na década de 70. Projetos como o Programa Grande Carajás, Hidrelétrica de Tucuruí, a própria Transamazônica que foi criada para integrar as regiões brasileiras até o norte do Brasil, atraíram muitas pessoas, pois era a promessa de um desenvolvimento local que interessava a outros, que estavam com o poder da produção, gerando apenas mazelas sociais.

Segundo Hébette (2004), a instalação de grandes obras impõe um impacto central, que é o confronto de modos de vida e de produção diferente, o que se traduz na desestruturação ou desconstrução das comunidades e na trajetória dessa população desenraizada para se tornar massa móvel, flutuante, marginal aos resultados e frutos desse desses empreendimentos. As pessoas, ao se retirarem de suas terras ou territórios, acabam enfraquecendo seus vínculos afetivos como familiares e amigos, todo o contexto histórico, cultural e social vivido antes das obras são prejudicados pelas mudanças que ocorreram.

Os impactos sociais são muitos, sendo na infância e adolescência cada vez mais crescentes, necessitando de um trabalho de prevenção e coibição dessas violações de direitos. Depois de a obra ter começado, a vulnerabilidade de crianças e adolescentes abusados e explorados sexualmente aumentou, assim como o trabalho infantil. O perfil das pessoas que vão em busca da mão de obra para essas obras de certa forma contribui para que essa estatística aumente, devido ao inchaço populacional desordenado e a falta de políticas que trabalhem na informação e na promoção dos direitos de Crianças e adolescentes, não permitindo que a integridade física, psicológica e emocional dessas seja atingida de forma vexatória e criminosa.

Compreender a História das políticas sociais no Brasil e como a rede de proteção à infância atua é necessário para refletir sobre as violações de direitos de crianças e adolescentes na região de Altamira. Historicamente, as políticas sociais se configuraram em um campo de lutas. A constituição Federal de 1988 iniciou uma série de avanços no debate para as práticas, de acordo com as demandas sociais, com sentido de garantia de direitos e não de assistencialismo, embora o avanço neoliberal tenha se tornado um

grande problema para a execução das políticas sociais, pois os recursos são mal distribuídos, havendo recuos de investimentos na área social, o que torna entraves para uma estruturação de atendimento e articulação política.

Para que as políticas de atendimento a crianças e adolescentes sejam executadas, faz-se necessária a integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, segurança pública, Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Lazer e etc. Esse conjunto, articulado, denomina-se de Sistema e Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, compõem também o Conselho Tutelar, Juiz da Infância e da Juventude, Promotor da Infância e da Juventude, professores e diretores de escolas, responsáveis pelas entidades não governamentais de atendimento a crianças, adolescentes e famílias, etc. Constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, nos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Amélia; GUERRA, Viviane (Coord.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez. 2011.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil: A negação do ser criança e adolescente no Brasil**.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma Educação do Campo na Amazônia: currículo e diversidade cultural em debate. IN: CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida (ORG.). **A Educação, o Currículo e a Formação dos Professores**. Belém, EDUFPA, 2006.

HÉBETTE, Jean. Impacto social dos grandes projetos na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004..

OLIVEIRA, Assis da Costa; PINHO, Vilma Aparecida (coords.). **Relatório Final do Diagnóstico Rápido Participativo Complementar: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira/PA**. Altamira:s/ed, 2014. Disponível em: www.rodasdedireito.com.br.

PORTELLA, Fabiani Ortiz; FRANCESCHINI, Ingrid Shröder. Família e aprendizagem uma relação necessária. In: NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. **A família que não é sagrada: Mitos e fatos sobre abuso sexual na família**.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.